



- Debora Aparecida da Silva - A fim de instruir devidamente o feito, bem como permitir que seja aferida a competência para o processamento, a autora deve trazer aos autos certidões de nascimento e casamento atualizadas. Prazo: 10 dias. - ADV: MATTEO BASSO FILHO (OAB 38321/CE)

Processo 1035787-98.2022.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Ondina Aparecida Baptistelli - Vistos. Defiro a cota retro do Ministério Público. Após o cumprimento, abra-se nova vista ao Parquet. Int. - ADV: SANDRA LIA POMPEI OJEDA (OAB 281315/SP)

Processo 1036853-16.2022.8.26.0100 - Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais - R.S.B.V. - A.C.C.P. e outro - Fl. 13: anote-se. Considerando-se a extensão do pedido, com destaque para a repercussão registrária, em observância aos princípios da veracidade, continuidade, anterioridade e uniformidade dos registros públicos, forçoso convir que a medida, conforme bem observado pela Sra. Oficial, reclama a observância do procedimento judicial indicado na Lei de Registros Públicos. Decerto, a atual regra instituída pela Lei nº 13.484/2.017, que deu nova redação ao artigo 110 da Lei de Registros Públicos, atribuiu ao Oficial de Registro Civil a reserva exclusiva para decidir sobre a retificação na esfera administrativa, nas hipóteses expressamente elencadas em seus incisos. A constatação de erros não pode exigir "qualquer indagação para a constatação imediata de necessidade de sua correção" (inciso I). Nesta senda, o Sr. Oficial somente poderá realizar a retificação administrativa, diretamente na via extrajudicial, se os documentos apresentados não deixarem qualquer margem de dúvida sobre a necessidade de correção. Caso contrário, a retificação do registro civil deverá observar o procedimento judicial insculpido no artigo 109 da Lei de Registros Públicos. Neste sentido já se pronunciou a Egrégia Corregedoria Geral de Justiça: "Na esfera correccional, como sabido, apenas se admite a emenda do chamado erro de grafia (art. 110 da Lei nº 6.015/73), jamais aventado neste caso concreto. E, mesmo em tal hipótese, de acordo com o parágrafo 4º do art. 110 da Lei nº 6.015/73, 'entendendo o juiz que o pedido exige maior indagação, ou sendo impugnado pelo órgão do Ministério Público, mandará distribuir os autos a um dos cartórios da circunscrição, caso em que se processará a retificação, com assistência de advogado, observado o rito sumariíssimo' (sic). Por 'cartórios', in casu, devem ser entendidos os 'ofícios de justiça', conforme esclarecido no subitem 131.4 do Capítulo XVII das Normas de Serviço desta Corregedoria Geral. A retificação administrativa do assento de nascimento, nos termos do art. 110 da Lei nº 6.015/1973, encontra-se restrita à correção de erros de grafia, desde que a análise do pleito não exija maior indagação, hipótese em que deverá se processar na esfera jurisdicional (art. 110, § 4º). Fora, portanto, dos casos de erro de grafia que não suponha maiores indagações, a via adequada para a retificação é sempre a do processo jurisdicional, na forma do art. 109 da Lei nº 6.015/1973, para o que não tem competência o Juízo Corregedor Permanente" (TJSP, Proc. CG 2008/103662, j. 12/02/2009). Na situação em exame, as retificações pleiteadas não podem ser efetuadas na via administrativa na forma em que apresentada, impondo-se a adoção do disposto no artigo 109 da Lei 6015/73 para a finalidade almejada, em observância aos princípios da veracidade, continuidade, anterioridade e uniformidade dos registros públicos, mantido o óbice imposto pela Sra. Registradora em seus exatos termos. Por conseguinte, e nos termos da manifestação ministerial retro, indefiro o pedido nesta via administrativa, devendo o requerente buscar as retificações pelo art. 109 da Lei de Registros Públicos, pela via jurisdicional própria. Destarte, à minguia de outra providência administrativa a ser adotada, determino o arquivamento dos autos. Ciência ao Ministério Público e à Sra. Oficial. P.I.C. - ADV: ADRIANA KEHDY MARTINS OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 347679/SP), GUILHERME MONTE ABLAS STANISLAU DE MENDONÇA (OAB 292602/SP), MAURÍCIO ZAN BUENO (OAB 208432/SP), JOÃO PAULO BRAGHETTE ROCHA (OAB 303619/SP)

Processo 1038294-13.2014.8.26.0100 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - GENILDA DALVA DOS SANTOS SILVA - PMSP / USU 2VRP - Departamento Patrimonial da Prefeitura do Município de São Paulo e outros - LUIS ROBUSTI FILHO - - SUELI ROBUSTI PALMEIRI e outros - Vistos. Fls. 357/358: Ante o trânsito em julgado da sentença de fls. 344/346 e considerando ser a ação rescisória autônoma, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Intime-se. - ADV: MARCIA VASCONCELLOS P DA SILVA FELIPPE (OAB 112146/SP), ANDREA BARBOSA PARADELA DA GAMA (OAB 350373/SP), CARLOS ALBERTO CASSEB (OAB 84235/SP)

Processo 1039975-08.2020.8.26.0100 - Usucapião - Usucapião Especial (Constitucional) - Jolaine Cristina Della Valle - Hélio Queiroz dos Santos e Roseli Veronezi Queiroz (152284568-21) - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, I, do CPC, para declarar o domínio de Jolaine Cristina Della Valle sobre o imóvel usucapiendo descrito na exordial, servindo esta sentença como mandado. Após o trânsito em julgado, encaminhem-se os autos ao Serviço de Registro de Imóveis competente. Custas e eventuais despesas processuais pela parte autora. Fixo os honorários do Curador Especial no patamar máximo da Tabela de Honorários do Convênio DPE/OAB. Expeça-se o necessário. Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I. - ADV: JUVILENE VERGINIA PORTOLANI (OAB 154763/SP), LUIZ ANTONIO ROCHA (OAB 286886/SP)

Processo 1045246-95.2020.8.26.0100 - Usucapião - Registro de Imóveis - Suely de Jesus Nicolau Alonso - - Altevir Alonso - : Considerando o recolhimento já realizado às fls. 298/300, a parte autora deverá complementar as custas necessárias para as citações iniciais, providenciando o recolhimento de: R\$ 67,97 das custas postais (AR DIGITAL recolhimento na guia FEDTJSP, código 120-1). As custas de ressarcimento de oficial de justiça deverão ser recolhidas em guia única, devendo ser juntado aos autos não só o comprovante de pagamento, mas também a guia GRD, observando que tais custas poderão ser substituídas por carta de anuência, com firma reconhecida, das pessoas a serem citadas. Todos os documentos a serem juntados nos autos deverão estar com a categorização correta (guia de custas) e serem escaneados de maneira que fiquem legíveis. - ADV: CIRLENE SANTOS DE MELO OLIVEIRA (OAB 199167/SP)

Processo 1048103-90.2015.8.26.0100 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - Geni Auxiliadora de Moraes - Vistos. Há óbices ao imediato sentenciamento do feito. 1) Traga a parte autora certidão de objeto e pé do feito n. 1101831-46.2015.8.26.0100 movido pelo condomínio em face da titular dominial (fl. 76). 2) Esclareça também a origem de sua posse (se compra e venda, ocupação, aluguel etc) e a data de início da posse. 3) Junte declarações de próprio punho assinadas por moradores vizinhos do imóvel usucapiendo, informando que reconhecem que a parte autora exerceu a posse sobre o bem e nele residiu comanimus dominidurante os 10 anos anteriores ao ajuizamento da demanda. Essas declarações deverão ter firma reconhecida, bem como vir acompanhadas do documento de identificação e comprovante de residência dos respectivos declarantes. Prazo: 30 dias. 4) Providencie a serventia a citação dos titulares de domínio no endereço de fl. 142 e em outro que venha a ser obtido via pesquisa Infojud. Com o cumprimento integral da decisão acima, tornem conclusos. Int. - ADV: LUIZ MITSUO YOSHIDA (OAB 76119/SP)

Processo 1059161-80.2021.8.26.0100 - Usucapião - Usucapião Ordinária - Marcelo Sítio - Vistos. Ciência à parte autora do agendamento da vistoria. Intime-se. - ADV: ANDREA SERVILHA BELLINI (OAB 232490/SP)

Processo 1060231-40.2018.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Claudio Luiz Meloni Horita - Vistos. Ao Ministério Público. Intime-se. - ADV: PAULO HENRIQUE MARTINUCCI BOLDRIN (OAB 365105/SP)

Processo 1064756-60.2021.8.26.0100 - Usucapião - Usucapião Especial (Constitucional) - Andersos de Moraes França - Vistos. Intime-se a parte autora para que, no prazo de 05 dias, manifeste-se sobre a estimativa de despesas periciais retro. Int.